

Dispositivos Grupais e Tecnológicos na Pesquisa-intervenção

Group and technical apparatus in a research-intervention framework

Dispositivos grupales y tecnológicos en la investigación-intervención

Rafael Diehl

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Resumo

Neste artigo abordo o uso de técnicas grupais e artefatos técnicos no referencial da pesquisa-intervenção com o auxílio do conceito de dispositivo. Essa conceituação permite uma problematização do corpo e dos dispositivos experimentais na produção de conhecimento e a distinção de dois eixos analíticos nas configurações grupais: os corpos viventes, em especial os corpos humanos, e os objetos não vivos, que possuem diversos graus de tecnicidade. Entre tais objetos, destaco aqueles que servem de suporte para inscrições e que possuem particularidades quando de seu uso na pesquisa-intervenção. Concluo com a indicação de alguns desafios quanto ao uso de dispositivos grupais e tecnológicos nas pesquisas com seres humanos, principalmente quando os participantes são considerados sujeitos interessados na produção de conhecimento.

Palavras-chave: Dispositivos. Grupal. Tecnologias Metodologia de Pesquisa.

Abstract

We examine the use of group techniques and the emergence of technical artifacts within a research-intervention framework with the help of the concept of the assemblage (*dispositif*). This conceptualization enables us to problematize the body as well as experimental assemblages in knowledge production, and allows us to identify two analytical axes in group configurations: living bodies—particularly human bodies—and non-living objects presenting different levels of technicity. Among these objects, we foreground those which are used as support for inscriptions as well as those which present particularities related to their use in research-interventions. We close with a brief engagement with the challenges involved in the use of group and technological assemblages in research involving human beings, mainly when participants are considered as subjects interested in knowledge production.

Keywords: Devices. Group. Technologies. Research Methodology.

Resumen

En este trabajo enfoco el uso de técnicas grupales y artefactos técnicos en el marco de la investigación-intervención con la ayuda del concepto de dispositivo. Esta definición permite hacer interrogaciones acerca del cuerpo y de los dispositivos experimentales en la producción de conocimiento, además de una distinción de dos ejes analíticos sobre grupos: los organismos vivos, en particular los cuerpos humanos, y los objetos no vivos, que tienen distintos grados de tecnicidad. Entre estos objetos, subrayo los que sirven de soporte para inscripciones y sus características a la vez que son utilizados en la investigación con seres humanos. Concluyo señalando algunos retos en cuanto al uso de dispositivos grupales y tecnológicos en la investigación con seres humanos, sobre todo cuando los participantes se consideran personas interesadas en la producción de conocimiento.

Palabras clave: Dispositivos. Grupal. Tecnologías. Metodología de la Investigación.

Com a ampliação dos campos de estudos e aplicação do referencial da pesquisa-intervenção torna-se cada vez mais necessário entender as particularidades e implicações dos desenhos de pesquisa tanto para os sujeitos envolvidos – sejam eles de dentro ou, principalmente, de fora da universidade – como para a institucionalização de campos de conhecimento e práticas de pesquisa. Nossa experiência coletiva com a instituição escolar tem mostrado que os modos de fazer em sala de aula têm efeitos mais consistentes em termos pedagógicos do que a afirmação abstrata de conceitos ou teorias, o que nos encaminha a perguntar sobre quais territórios existenciais queremos criar com nossas práticas de pesquisa e de que forma afetamos ou

somos afetados pelas relações que mantemos com os diversos elementos que entram em tais configurações.

Com isso, nos vemos convocados a propor pesquisas com um desenho mais arrojado no que se refere à participação dos sujeitos de uma maneira não tão restrita ou mesmo silenciados pelo peso institucional ou, ainda, ao acesso e legitimidade de determinados estratos sociais frente à universidade. Nesse contexto, para aqueles que trabalham com dispositivos grupais nas suas diversas aplicações, é sempre um desafio pensar como articular pesquisas com ações muitas vezes restritas institucionalmente à extensão universitária. Não seria a extensão um ponto de partida interessante para pensar a implicação do trabalho com

grupos humanos na produção de conhecimento?

Aquilo que podemos chamar, junto de Fernández (2006), de o campo grupal, ou seja, teorias, técnicas, instituições e domínios práticos de aplicação do trabalho com grupos, não se apresenta de maneira homogênea e tampouco permite-nos uma afirmação sobre o estatuto ontológico de seu possível objeto, o grupo. Aliás, a emergência dessa figura conceitual mostra-se sempre objeto de disputas quanto a sua possível intencionalidade ou mesmo elemento intermediário entre o individual e o social (Barros, 2009). Para tangenciar tais dicotomias, proponho neste texto abordar as particularidades do grupal no contexto da pesquisa-intervenção com o auxílio das tecnologias em sentido amplo, porque entendo que o trabalho com grupos ou grupidades e a produção de conhecimento podem ser aproximados pelo fato de envolverem procedimentos e técnicas.

O termo dispositivo tem aqui um papel central não apenas porque já tem sido usado tanto para se referir ao uso de técnicas ou modelos de encontros entre seres humanos, como para fazer referência aos diversos artefatos técnicos e procedimentos que podemos fazer uso em nossa prática de pesquisa e extensão e que envolvem necessariamente corpos

humanos, objetos e tecnologias de comunicação. Essa ênfase operativa permite que me aproxime do campo grupal sem precisar me filiar a uma corrente teórica, pois meu objetivo é poder desdobrar o funcionamento de tais procedimentos grupais além do campo de estudos sobre grupos, articulando com outros domínios que me permitam abarcar a interdisciplinaridade que a pesquisa com seres humanos requer.

Para iniciar meu argumento, recorro a um pequeno texto intitulado “O que é um dispositivo?”, no qual Giorgio Agamben (2005) traça uma breve genealogia desse conceito justificando ser ele um termo técnico central na obra de Foucault, principalmente quando este se ocupa do que chama de 'governabilidade' ou governo dos homens. Para Agamben (2005), o termo positividade, que é o termo utilizado por Foucault antes dos anos setenta para se referir ao seu objeto de pesquisa, provavelmente deve ter chamado a atenção de Foucault quando da leitura do ensaio de Jean Hippolite, “Introduction à la philosophie de Hegel”, pois para Hippolite, a positividade para Hegel é um obstáculo à liberdade humana, na medida em que se refere ao elemento histórico com sua carga de regras, ritos e instituições. Dessa forma, em relação ao conceito de positividade, Agamben afirma

que

Foucault, tomando emprestado esse termo (que se tornará mais tarde “dispositivo”) toma posição em relação a um problema decisivo, que é também seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres vivos e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder (Agamben, 2005, pp. 10-11).

Na sequência desse mesmo texto, Agamben diz que o termo grego *oikonomia*, com seu sentido de administração da casa, gestão, teve uma função decisiva nos primeiros séculos da história da Igreja. Isso porque na controvérsia sobre a Trindade e, principalmente, frente aos argumentos de que sua adoção poderia inserir o politeísmo e o paganismo dentro da Igreja, alguns teólogos propõem que Deus enquanto ser e substância é uno, mas quanto a sua *oikonomia*, ou seja, o modo como administra a casa e o mundo que criou, é trino. Essa separação entre ser e ação ganha reforço no texto de Agamben (2005) porque ele vai dizer que o termo *oikonomia* foi traduzido para o latim, pelos padres latinos, com o termo *dispositio*.

A partir dessas considerações,

Agamben (2005) propõe uma divisão do existente em duas grandes classes, os seres vivos e os dispositivos, colocando nestes últimos não apenas as prisões, os manicômios, as escolas, mas o telefone celular, a caneta, a escritura, os computadores, que capturam, orientam, determinam, interceptam, modelam as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. E, de maneira articulada, o autor acrescenta:

recapitulando, temos assim duas grandes classes, os seres vivos (ou as substâncias) e os dispositivos. E, entre os dois, como terceiro, os sujeitos. Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo-a-corpo entre os vivos e os dispositivos. (Agamben, 2005, p. 13).

Agamben se encaminha para o final do texto reforçando nossa captura em diversos dispositivos e apontando a proposta de profanação como caminho possível em relação a eles, pois ela abriria a possibilidade de ação, uma vez que o autor entende a profanação como o ato de entregar ao uso comum uma coisa que foi separada por ser sagrada. Não concordo com Agamben (2005) quando ele coloca qualquer proposta de uso das tecnologias no mesmo caminho da captura e coerção, justamente porque entendo que sua conceituação de dispositivo, ao abarcar

vários níveis de operatividades entre humanos, tecnologias e produção de subjetividade, também pode abarcar desenhos alternativos para tais relações, abrindo espaço para pensarmos estratégias de produção de conhecimento nas quais as tecnologias estejam dispostas de maneira a aumentar a potência de ação de cada ser humano envolvido.

Essa colocação dos sujeitos como resultantes da relação entre corpos vivos e dispositivos é fecunda para pensarmos o uso de técnicas grupais e de artefatos técnicos nos desenhos de pesquisa, mas a divisão entre seres vivos e dispositivos precisa, a meu ver, de um olhar mais atento aos objetos técnicos e suas particularidades. Isso se justifica porque entre o uso da escrita e as imagens técnicas, por exemplo, existem modulações distintas que configuram subjetividades, objetividades, autorias e espaços existenciais. A particularidade técnica de cada objeto que interagimos pode indicar recursos ao pensamento no sentido de que não precisamos dar prioridade de agência apenas aos corpos vivos ou apenas aos dispositivos, mas buscar entender de que maneira suas relações conformam tais domínios.

Ser e fazer

Essa diferenciação entre ser e ação, expressa pelo problema da Trindade e a função do *dispositio*, perpassa as discussões sobre a produção de conhecimento principalmente desde o surgimento das ciências modernas, quando a fonte do saber verdadeiro se desloca da contemplação para a ação (Arendt, 2008). Essa ênfase no fazer e no experimento científico vai marcar profundamente as nascentes ciências do humano, nas quais a posição do homem diante do conhecimento vai ser posta em questão e não deixará de proliferar discursos a respeito da sua natureza e das positivities que lhe determinariam: a vida, o trabalho e a linguagem (Foucault, 2007). É nesse contexto que uma pergunta sobre os dispositivos é importante porque ela permite abrir os mecanismos que produzem consistências ontológicas (o que as coisas e os seres humanos *são*) e procedimentos padronizados (instituições, técnicas e todo o âmbito do fazer, com suas particularidades de *como* opera). E quando se trata de produção de conhecimento, temos essas duas dimensões juntas produzindo territórios existenciais.

Um dos postulados adotados pelo referencial da pesquisa-intervenção, inspirado no movimento institucionalista, é justamente o de que precisamos em vez

de conhecer para transformar, transformar para conhecer (Passos e Barros, 2010). Essa aparente inversão ou, se analisamos com maior cuidado, interconexão constitutiva entre o que fazemos e o modo como explicamos e nos entendemos no mundo não é apenas efeito de uma ênfase nos dispositivos experimentais na prática científica, mas, principalmente, da percepção de que os dispositivos, de modo geral, produzem efeitos consistentes nos modos relacionais dos seres humanos, visíveis em suas variadas formas de instituições.

O diálogo experimental do método científico é sem dúvida um dispositivo importante frente às afirmações dogmáticas que insistem em reificar essências, principalmente sobre os sujeitos, mas sua operacionalização nos espaços de pesquisa e formação não deixa de criar condições contraditórias no que se refere aos fazeres e seus efeitos de sentido. No contexto acadêmico, por exemplo, presenciemos a separação geralmente feita entre a produção, ensino e aplicação de conhecimentos, como se os diferentes domínios práticos de ação (didáticas em sala de aula, protocolos de pesquisa, relações institucionalizadas) não produzissem efeitos sobre os seres humanos envolvidos para além de um entendimento abstrato de aprendizagem ou de

concepção de formação. Maraschin (2004), num texto sobre o pesquisar e o intervir, recorre à definição de vida dada pela Biologia do Conhecer para tecer considerações sobre como delimitamos domínios nem sempre congruentes envolvendo a pesquisa, o ensino e a extensão. A autora sublinha que nessa abordagem da biologia os autores (Maturana e Varela, 2001) não perguntam o que é a vida, mas como ela opera. Isso tem efeitos importantes na construção do conhecimento porque a pergunta sobre a essência leva muitas vezes a uma única causa ou a uma explicação teleológica, subordinando a definição dos seres vivos, por exemplo, a critérios externos como a reprodução ou replicação de material genético.

Ao propor a organização dos seres vivos como autopoietica, Humberto Maturana (2001) desenvolve uma preocupação concomitante relativa à diferença entre perguntarmos sobre *como* opera um determinado fenômeno do que sobre seu *porque*, pois segundo o autor não temos como aceder, pela experiência, ao porquê dos fenômenos, mas podemos apenas utilizar outras experiências, nossas ou de outros observadores, para explicar como ele opera. O que tal diferença explicativa coloca em termos práticos é que pela condição de termos corpos vivos não

podemos, com a operação das explicações, falar do porque ou do ser de outro ente, mas apenas descrever como tal ente opera ou se apresenta para um observador.

Tal ênfase no operar e no fazer coloca em primeiro plano a constatação singela e potente de que temos corpos. Nessa direção, a definição da natureza humana pôde dar lugar a uma consideração da condição humana, pois pelo fato de todos os seres humanos terem corpos que o determinam, até o momento, a permanecerem na Terra (Arendt, 2008), torna mais importante e efetivo um conhecimento sobre o que fazem esses corpos e suas possibilidades de ação. É por esse motivo que os efeitos das diferenças dos corpos, de suas origens e contextos de pertencimento de cada um nos encontros humanos marcam sobremaneira as possibilidades desses encontros. Perguntar sobre os efeitos dos dispositivos sobre as consistências ontológicas, no sentido de perguntar sobre que efeitos de ser são produzidos com o que fazemos, nos encaminha para o ponto central dessa discussão que é a localização de nossos corpos nas práticas de produção de conhecimento, pois a condição singela e indiscutível de que temos corpos coloca de partida a maneira como esses corpos podem falar, são falados, modulados e geridos por meio de procedimentos

diversos.

Corpos, dispositivos e produção de conhecimento

Num texto intitulado “Como falar do corpo?”, Bruno Latour (2008a) propõe critérios normativos para a validação de conhecimentos a partir da proposta do que ele chama de ‘conversas do corpo’, querendo dizer com isso o modo como o corpo é envolvido nos relatos daquilo que ele faz. Não se trata, assim, de teorizar diretamente sobre o corpo, mas buscar entender como o corpo entra nas relações com outros corpos e, principalmente, com os objetos nas suas mais diversas configurações. Para isso, Latour (2008a) parte da definição de Vincianne Despret sobre emoções, na qual ela diz que ter um corpo é aprender a ser afetado. Para descrever como os corpos aprendem e são afetados, Latour (2008a) recorre ao exemplo da aprendizagem envolvida em tornar-se um “nariz”, ou seja, uma pessoa capaz de distinguir odores de uma maneira muito superior ao que um nariz comum consegue quando distingue, no máximo, entre cheiros doces ou fétidos. Essa aprendizagem de narizes para a indústria de perfumes exige, muito além de possuir um nariz, lançar mão de um kit de odores, no qual diversos compostos

químicos foram dispostos de maneira a realçar as mais sutis diferenças e que permitem treinar um nariz comum para que ele seja capaz de ser afetado cada vez mais por diferenças que antes lhe eram indiferentes.

Esse kit é um artefato que funciona como um padrão externo ao corpo, mas que é essencial para a aprendizagem em questão. Para que mais diferenças possam ser percebidas, foi necessário que um químico pudesse distinguir os compostos por meio de instrumentos, o especialista dispor tais fragrâncias de maneira a realçar as diferenças mais sutis, e muitos “narizes” comuns serviram de amostra inicial para que se chegasse aos odores organizados agora numa disposição capaz de afetar progressivamente um nariz em treino. Podemos dizer, com Latour, que os corpos envolvidos nesse processo são “corpos que aprendem a ser afectados por diferenças que anteriormente não podiam registrar, através de um arranjo artificial” (Latour, 2008a, p. 42). É esse dispositivo que permite que um corpo se torne mais articulado, porque a diferença entre um nariz sem treino e aquele que foi treinado é que para aquele, as diferenças de odores não faziam diferença e não faziam tal corpo agir. Nesse sentido, ser mais articulado é ser sensível a um maior número de diferenças possibilitadas pelo

suporte de variados objetos que dão forma e consistência à linguagem. A *expertise* de um “nariz” se faz muito além do corpo e exige essa multiplicidade de agentes.

Pensar em corpos afetáveis e em articulações permite abandonar a ideia de que a validade dos conhecimentos se efetiva como uma referência exata a um mundo independente. Nessa concepção, a aprendizagem do “nariz” é entendida como a percepção cada vez mais exata daquilo que seriam as qualidades primárias de determinado objeto, ou seja, sua estrutura química, enquanto a sensação subjetiva seria considerada uma qualidade secundária que não deve ser levada em consideração em demasia para não atrapalhar um acesso mais direto ao verdadeiro. Aprender, assim, seria colocar em relação um sujeito e um mundo independentes que passam a estar conectados pela linguagem, pois, nesse modelo, sempre somos levados a questionar o quão exata é a percepção dos odores registrados no kit.

Por outro lado, conceber a aprendizagem como uma maior articulação que permita a um sujeito ser sensível a um maior número de diferenças não precisa buscar a exatidão de uma referência única ao verdadeiro, pois mesmo quando erra, esse sujeito tornou-se mais articulado por conhecer e ser afetável por diferenças que

antes não lhe faziam agir. Nessa direção, o critério de validação de conhecimentos como uma referência exata e unívoca entre supostos sujeito-mundo seria justamente um exemplo de inarticulação ou mesmo fechamento frente às infinitas possibilidades de ser afetado pois, como diz Latour,

um sujeito inarticulado é alguém que sente, faz e diz sempre o mesmo, independentemente do que outros disserem (por exemplo, responder *ego cogito* a tudo o que afecta o sujeito é uma prova clara de mutismo inarticulado!). Um sujeito articulado, pelo contrário, é alguém que aprende a ser afectado pelos outros – *não por si próprio*. Um sujeito “por si próprio” não tem nada de particularmente interessante, profundo ou válido (Latour, 2008a, p.43).

Conceber a articulação no lugar da adequação a uma única realidade permite perguntar sobre do que tratamos quando falamos de articulações, pois segundo Latour não se trata de palavras nem de coisas, mas de produções que se relacionam com corpos afetáveis e uma multiplicidade de objetos e arranjos artificiais. Para abordar essas diferenças que fazem agir, Latour (20014), inspirado no Whitehead de Isabelle Stengers, usa o termo proposições. Segundo o próprio autor, “este termo conjuga três elementos

fundamentais: a) denota uma obstinação (proposição), que b) não tem uma autoridade definitiva (é apenas uma *pro*-posição) e c) pode aceitar negociar-se a si própria para formar uma *com*-posição sem perder solidez” (Latour, 2008a, p. 45).

Para Latour (2008a) então, as proposições podem ser consideradas bem ou mal articuladas, diferenciando-se das afirmações que, numa abordagem tradicional da lógica e sua epistemologia subjacente, seriam verdadeiras ou falsas. Se trabalhamos com proposições no lugar de afirmações, o fato de ocorrer uma não correspondência entre termos, não torna a proposição inválida, mas mostra que ela pode ser rearticulada para tornar-se mais forte, no sentido de buscar novas conexões e articulações que a permitam persistir e firmar-se como uma proposição válida numa rede de outras proposições, corpos, objetos e sujeitos.

Nesse tipo de configuração, não precisamos nos tornar menos afetáveis e desconsiderar nossos afetos e emoções para buscar uma neutralidade, mas, ao contrário, permitir que sejamos cada vez mais abertos a um maior número de diferenças que se tornam possíveis porque somos capazes de nos afetar de maneiras mais diversas.

O fato de termos corpos afetáveis foi por muito tempo um empecilho nos

desenhos experimentais de pesquisa em psicologia porque, ao querer produzir um conhecimento neutro, muitos pesquisadores encontraram resultados paradoxais porque influenciámos aqueles que interrogamos, já que estes sujeitos seriam capazes de atrocidades quando colocados num dispositivo experimental de pesquisa, como no experimento clássico de Milgram no qual voluntários aplicavam supostos choques em cobaias humanas sob ordens de um pesquisador (Despret, 2011).

As várias tentativas da psicologia experimental de tentar impedir a influência dos pesquisadores e dos participantes sobre os resultados que se queriam alcançar de maneira neutra oferecem elementos importantes para pensar a função dos dispositivos na produção de conhecimento. Ao retomar o caso do cavalo Hans, que supostamente sabia contar quando diante de uma plateia atenta, Despret (2011) se pergunta sobre a produtividade dos dispositivos experimentais na pesquisa com seres humanos e animais no sentido de que, segundo a autora, a questão sobre as emoções e o modo como os corpos vivos são afetados pelas interrogações que lhes fazemos foi deixada de lado em favor de buscar participantes da pesquisa que, além de dóceis, fossem desinteressados. Ela traz o

exemplo do experimento de Robert Rosenthal com seus estudantes e os ratos em Berkeley. Rosenthal pediu a dois grupos de estudantes que testassem, numa prova de labirinto, ratos que teriam sido selecionados de linhagens diferentes, sendo uma parte de ratos inteligentes, e a outra parte de ratos estúpidos. Apesar de os ratos terem sido comprados propositadamente numa loja comum, sem nenhuma distinção quanto a sua *expertise*, os estudantes encontraram resultados que corroboravam as supostas linhagens ancestrais dos ratos, confirmando assim, segundo Rosenthal, que as expectativas dos estudantes foram determinantes nos resultados alcançados (Despret, 2011). O que a autora vai questionar, além do fato de as expectativas influenciarem nos resultados, é a própria autoridade de Rosenthal e o papel que ela desempenha nos desenhos de pesquisa.

O ponto central levantado por Despret (2011) é o de que tais resultados e as posteriores replicações de tais estudos nos levam a perguntar porque buscar o desconhecimento e desinteresse dos sujeitos sobre o que está sendo pesquisado, quando podemos compartilhar com eles nossas hipóteses e desenhos de pesquisa. Tal proposição se baseia justamente no fato de que, segundo a autora,

(...) os seres jamais são indiferentes às questões que lhe são colocadas, às teorias que guiam essas questões e às produções de existência que essas teorias suscitam. As condições de conhecimento são inextricavelmente condições de existência. A indiferença, que alimenta o sonho de muitos experimentadores querendo “fazer ciência”, torna o processo impossível, pelo menos, desinteressante (Despret, 2011, p. 51).

Essa consideração das emoções na produção de conhecimento como a disposição de corpos para ações interessadas é muito próxima da definição de Maturana (2001) para as emoções pois, para esse autor, “as emoções são disposições corporais dinâmicas que especificam os domínios de ações nos quais os animais, em geral, e nós seres humanos, em particular, operamos num instante” (Maturana, 2001, p.129). Dessa forma, as emoções não são entidades abstratas que poderiam ser representadas ou excluídas da ação do conhecer, mas são justamente constitutivas de toda ação na medida em que são índices de que conhecemos porque temos corpos vivos e esses corpos agem e se dispõem a agir conforme uma interação recorrente entre o que Maturana (2001) chama de emocionar e linguajar, compondo uma rede de conversações. Vale explicar que para Maturana (1997) o linguajar é um fluir

recorrente em coordenações consensuais de ações que permitem que se estabilizem referências que podem ser entendidas como signos e linguagem.

Pertencimentos, procedimentos e representação

Se os seres humanos são sensíveis aos diversos dispositivos e se concebemos as emoções como disposições corporais que especificam domínios de ações nos quais podemos operar, podemos nos concentrar agora nos efeitos que as classificações, pertencimentos e a organização de encontros humanos produzem sobre os sujeitos. Ian Hacking (2001) propôs o conceito de classes interativas para se referir ao fenômeno de que os seres humanos se modificam ao serem classificados, e isso é um elemento que nas ciências sociais e humanas tem um peso importantíssimo, pois os resultados de nosso trabalho de produção de conhecimento muitas vezes criam categorias que passam a operar sobre os sujeitos de maneira consistente. Além disso, o pertencimento a determinados coletivos, identificados sob as mais diversas formas, também é um elemento que entra nessa configuração, pois como operamos tanto no emocionar como no linguajar, essas consistências representa-

tivas não nos são indiferentes e, retomando o que Latour (2008a) fala sobre a articulação, somos sensíveis e muitas vezes não conseguimos agir diante de preconceitos e afirmações porque infelizmente nossa rede de articulações oferece poucas possibilidades de diferenças frente a sistemas opressores da expressão ou da afirmação de verdades dogmáticas.

Temos, dessa forma, duas dimensões principais nas quais esses efeitos de classificação operam. O primeiro deles, e que é aqui nosso foco de análise, refere-se aos desenhos de pesquisa que propomos e seus efeitos sobre as redes de conversação. O segundo, intimamente articulado com o primeiro, refere-se aos pertencimentos e classificações que as pessoas fazem no dia a dia e que tem seu suporte principal no corpo, seja pela aparência corporal, cor, gestos, sotaque, sistema binário de gênero. Ambas as dimensões estão envolvidas no pesquisar porque, conforme o dispositivo da pesquisa, tais classificações podem ser reforçadas ou diluídas.

Essas operações fazem eco em um dos postulados da cartografia que tem como direção o aumento do coeficiente de transversalidade. Retomando conceitos de Félix Guattari em *Caosmose*, Passos e Barros (2010) explicam a natureza

política do método cartográfico na maneira como se intervém na organização hegemônica da realidade concebida como o rebatimento de dois eixos, vertical e horizontal, que constituem as variáveis que definem o padrão social nas figuras, de um lado, do homem, branco, heterossexual, rico contraposto às variáveis menores, mulher, negro, homossexual e pobre. A transversalização se refere aos devires minoritários que atravessam esse sistema hegemônico e apontam a direção da intervenção.

No campo grupal essa tensão adquire contornos importantes porque as tentativas de abordar os diversos níveis de individuação presente nos encontros humanos, e suas operatividades identificadas às ideias de grupo ou massa, passam, sem dúvida, pelo risco de uma essencialização de categorias que mantêm uma característica muito mais performativa do que ontológica. Seguindo as pistas genealógicas de Fernández (2006), quando ela diz que o grupo não é o grupal e que, antes de fazer uma teoria do que existe, trata-se de fazer uma teoria do que fazemos, e atentando para o que nos diz Barros (2009) a respeito da tentativa de fazer dos grupos um intermediário entre o individual e o social, podemos entrar nesse campo munidos de algumas ferramentas conceituais que nos auxiliem

a circular por tais tensões evitando reproduzir discriminações ou restrições sobre as expressões humanas.

Um caminho que valoriza as articulações tem sido as contribuições da teoria do ator-rede, que postula acompanhar os actantes em suas ações sem dar privilégio ontológico a qualquer um deles, lembrando que esses actantes são tanto seres humano, animais, como objetos das mais diversas composições, como o kit de odores de que falei anteriormente. Nessa abordagem, Latour (2008b) nos diz que não podemos partir para uma análise do social como se já existissem categorias de antemão que pudessem explicar os agrupamentos. Ao contrário, ele postula que, no caso dos grupos, entendidos aqui como os pertencimentos diversos que mobilizam guerras, disputas de mercado, Estados, discriminações, precisamos traçar o mapa das controvérsias em torno da formação de grupos no lugar de já localizá-los num pertencimento categórico que o cientista social aprendeu muitas vezes sem aproximar-se dos interessados em tais pertencimentos. Por esse motivo, Latour (2008b) reforça que quem tem que dizer a que classe pertence são os próprios actantes, e aqui entram também os objetos que ganham voz na articulação com arranjos artificiais como os que acompanhamos no caso do treino de narizes.

Os agrupamentos, assim, se fazem e se desfazem, mas, como salienta Latour, eles deixam rastros. E é por eles que podemos traçar um mapa das configurações que conformam o que podemos chamar de efeitos de subjetividade e de objetividade. Para isso, Latour (2008b) faz uso de dois conceitos que são cruciais nesse mapeamento dos agrupamentos: as noções de intermediários e de mediadores. Por intermediário o autor entende “aquilo que transporta significado ou força sem transformação” (Latour, 2008b, p.63) enquanto os mediadores são aqueles elementos que tanto podem funcionar como indiferentes, mas que podem transformar, traduzir e modificar o significado dos elementos que supostamente transportam.

Nessa direção, o grupo não pode ser considerado apenas um intermediário e, mesmo que o consideremos como um mediador, precisamos nos aproximar dos diversos actantes envolvidos nos encontros grupais para poder mapear de que maneira essa unidade ou categoria produz efeitos nos outros elementos em jogo. No contexto da pesquisa, precisamos levar em consideração como propomos encontros humanos e agrupamentos com nossos desenhos de pesquisa e de que maneira a proposta de um dispositivo de investigação produz com outros níveis de

dispositivos técnicos, de subjetivação e de institucionalização humanas.

Nossas técnicas de representação do conhecimento possuem história e suas particularidades entram na configuração dos dispositivos de pesquisa. Se queremos sujeitos interessados na produção de conhecimento precisamos prever nos desenhos de pesquisa essas relações entre corpos vivos, possibilidade de expressão, categorias de pertencimento e o caráter produtivo sobre os sujeitos das configurações que montamos para responder as nossas inquietações e anseios de pesquisa. Já que a produção de consistências por meio das práticas de pesquisa opera com essas categorias e pertencimentos, por meio do linguajar e das emoções, o desafio reside justamente em considerá-las nos diversos encontros humanos possíveis que se desenham nos limites das nossas práticas.

Corpos, tecnologias e inscrições

Minha experiência com oficinas e o uso de técnicas grupais tem me permitido distinguir dois eixos analíticos no trabalho com grupos: as técnicas podem focar predominantemente o corpo dos participantes como materialidade central da proposta, como é o caso de técnicas do teatro aplicadas ao desenvolvimento

participativo (McCarthy e Galvão, 2001) ou, por outro lado, centrarem no uso de artefatos técnicos como instrumentos de escrita, máquinas fotográficas ou outras materialidades distintas dos corpos vivos (Maraschin, Francisco e Diehl, 2011). Dessa forma, temos duas dimensões nas quais a experiência pode ser localizada: a dos corpos humanos na relação que cada sujeito estabelece consigo mesmo e outra nas relações que tais sujeitos estabelecem com os objetos, entre os quais os artefatos tecnológicos.

Dentre os objetos e artefatos técnicos, dou uma especial importância para o que chamo de superfícies de inscrição (Diehl, 2011). Elas são superfícies concretas que servem de suporte para marcas e traços reconhecíveis por um coletivo humano e tem uma importância crucial nas práticas comunicacionais, ou seja, servem de suporte para as mais diversas formas de linguagem e interfaces entre as experiências humanas. Elas são importantes para uma análise das propostas de intervenção grupal porque estão intimamente relacionadas com a produção de conhecimento e práticas de letramento.

Pela via dos dois eixos analíticos, podemos pensar os desenhos de pesquisa como propostas de intervenção grupal nas quais tanto os corpos vivos dos participantes como os artefatos técnicos

operam de variadas maneiras e que precisamos perguntar de que forma as variáveis de pertencimentos encontram uma possível operatividade dentro daquilo que propomos como dispositivo. Isso é importante porque as técnicas grupais precisam ser moduladas conforme os conceitos e artefatos técnicos que entram na configuração da pesquisa, uma vez que não é indiferente se estamos pesquisando sobre sexualidade ou sobre *games*, mas em ambos os casos os corpos envolvidos são sensíveis a classes e pertencimento a respeito de gênero e sexualidade. Por outro lado, esses mesmos corpos são mais ou menos afetáveis por interfaces digitais e consoles de diferentes fabricantes comerciais.

Temos assim, de saída, essa configuração dada pela proposta do encontro com os participantes, mas que ao final do processo de produção de conhecimento, serão produzidas diversas superfícies de inscrição, tanto como material de campo, como também como produto final da produção de conhecimento, quando o pesquisador divulga para seus pares o resultado da pesquisa. É por esse motivo que as superfícies de inscrição tem uma posição especial em todas as etapas da pesquisa, porque perguntar sobre elas expõe o histórico de letramento de cada sujeito frente a elas, com suas parti-

cularidades técnicas, ou seja, se é uma folha de papel, um *tablet* ou um jornal impresso, pois a relação de cada sujeito será diferente. Além disso, a desigualdade das posições dos sujeitos frente a tais superfícies, no sentido de que nem todos se sentem legitimados ou mesmo tem acesso aos diferentes meios de produção e divulgação legitimados de inscrições, é um dos fatores relacionados à configuração dos dispositivos.

Essa proposta de abordagem do grupal e das tecnologias permite que possamos abarcar a produtividade ontológica dos dispositivos e as consequentes estratégias de produção de conhecimento, pois qualquer desenho de pesquisa envolvendo seres humanos coloca em questão a articulação entre corpos, tecnologias e a função das inscrições como passíveis de leitura e de operatividades. O que se coloca como desafio para a pesquisa com grupos humanos e o entendimento sobre os dispositivos é tornar tais recursos de produção de conhecimentos potencializadores para a ação de um maior número de sujeitos, aumentando a capacidade de ser afetado por um maior número de diferenças e multiplicidade de actantes. Retomando a ideia de profanação, como entendida por Agamben (2005), enquanto suspensão da separação e restituição ao uso comum, é de

crucial importância na pesquisa-intervenção tornar os mecanismos utilizados na pesquisa cada vez mais próximos da dimensão de um fazer comum compartilhado, pois parece ser uma das poucas garantias para que não reiteremos classes, pertencimentos e essencialismos que limitam a expressão e ação dos sujeitos.

Nessa direção, pensar a pesquisa a partir de ações de extensão universitária reforça o caráter de intervenção de tais ações porque elas são feitas pressupondo que os sujeitos são interessados naquilo que vai ser proposto, o que nem sempre acontece com a pesquisa. Isso exige que consideremos, nas conversas entre a universidade e a sociedade, as restrições e discriminações dos estereótipos, classes e pertencimentos que atravessam os diversos corpos humanos que podem estar envolvidos. Para isso, a aposta política da cartografia de investir na transversalização é um ponto central da intervenção, porque ela leva em consideração as diferenças humanas e os desafios de comunicação que se colocam quando a universidade resolve sair de seus muros para encontrar a cidade e seus moradores.

Temos assim pistas importantes que as ações de extensão nos colocam, porque elas partem desses desafios de comunicação com o exterior da univer-

sidade e, quando trazidas para os desafios da pesquisa, reforçam a pergunta sobre se os desenhos de pesquisa contemplam os sujeitos não *experts* como possíveis sujeitos interessados na produção de conhecimento. As técnicas grupais e os artefatos técnicos assumem uma importância central na pesquisa-intervenção porque ambos trazem à tona a questão da participação, pois para interagir com tais dispositivos todas as pessoas precisam agir e se deslocar de suas posições iniciais ou cristalizadas, permitindo que as classes e os pertencimentos percam uma centralidade ontológica e passem a operar como elementos do conhecimento, acessíveis ao maior número de humanos interessados e potentes em diversos domínios de ação.

Para concluir, os dois eixos analíticos apontados anteriormente servem, nesse tipo de proposta, como avaliadores das operatividades das classes e pertencimentos, pois a produção de conhecimento sempre suscita processos de relação consigo mesmo, com os outros seres humanos e com os objetos tecnológicos. Podemos, assim, localizar os corpos, as inscrições e os objetos técnicos nas configurações grupais de maneira que os saberes em questão possam ser compartilhados e que a participação seja um vetor crucial na produção de conhecimento.

Referências

- Agamben, G. (2005) O que é um dispositivo? Outra Travessia, n. 05 pp. 9-16.
- Despret V. (2011) Os dispositivos experimentais. Fractal: Revista de Psicologia, Local de publicação. 23, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/648>>. Acesso em: 23 Mai. 2014.
- Diehl, R. (2011) Metodologia para superfícies e operatividades. In: Maraschin, C. Francisco, D. e Diehl, R. (2011) Oficinando em rede: oficinas, tecnologias e saúde mental. Porto Alegre: Ed, da UFRGS.
- Foucault, M. (2007) As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes.
- Hacking, I. (2001) La construcción social de qué? Barcelona: Paidós.
- Latour, B. (2008a) Como falar do corpo: a dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: Nunes, J. A. e Roque, R. **Objectos impuros: Experiências em estudos sobre a ciência.** Porto: Edições Afrontamento.
- _____. (2008b) Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial.
- Maraschin, Cleci. (2004) Pesquisar e intervir. Psicologia e Sociedade. 16 (1) pp. 98-107. Número Especial.
- Maraschin, C. Francisco, D. e Diehl, R. (2011) Oficinando em rede: oficinas, tecnologias e saúde mental. Porto Alegre: Ed, da UFRGS.
- Maturana, H. R. (2001) Cognição, ciência e vida cotidiana. Org. Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- _____. (1997) A ontologia da realidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Maturana, H. R. e Varela, F. J. (2001) A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Pala Atenas
- McCarthy, J. Galvão, K. (2001) Um recurso para o teatro, participação e desenvolvimento. Recife: Projeto ARTPAD.
- Passos, E. e Barros, R. B. (2010) A cartografia como método da pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V. e Escóssia, L. (Org.) Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina.
-

Rafael Diehl: Estuda as relações entre

corpos, tecnologias e conhecimento.
Professor no Departamento de Psicologia
da Universidade Federal de Pernambuco,
Doutor em Informática na Educação e
mestre em Psicologia Social e
Institucional.

E-mail: rafadiehlbr@gmail.com

Enviado em: 23/06/2014 – **Aceito em:** 11/12/2014
